

Processo ()    Parte ()    Advogado ()

Número ?

Único

Antigo

Execução

CDA

0005233-47.2020.8.17.2420

Consultar

▼ 1º GRAU - Eletrônico

()

**0005233-47.2020.8.17.2420**

**Orgão Julgador**

2ª Vara Cível da Comarca de Camaragibe

**Classe CNJ**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

**Assunto(s) CNJ**

Seguro.

**Partes**

Exibindo todas

**AUTOR**

ANTONIO MANOEL DA SILVA JUNIOR

**ADVOGADO(A)**

MARLEIDE CAETANO DA SILVA

**RÉU**

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**ADVOGADO(A)**

RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO

**PERITO**

PRISCILA COSTA LIMA LEMKE

**Movimentações**

Exibir todas

Exibindo 5 últimas

**23/02/2023 11:14**

Arquivado Definitivamente

**23/02/2023 11:12**

Expedição de Certidão.

**28/12/2022 13:44**

Expedição de Comunicação via sistema.

(Clique para expandir) ... o proporcional da indenização no valor correspondente a 25% do valor retro, o que resulta em R\$ 843,75. Logo, tendo em vista que a parte autora já recebeu, administrativamente, a quantia de R\$ 843,75, não faz jus a qualquer complementação relativa ao seguro DPVAT. III – DISPOSITIVO Dessa forma, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial, e, por conseguinte, declaro EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil Brasileiro. Condeno a parte autora nas custas e no pagamento dos honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspendendo a exigibilidade, considerando a tramitação do feito sob os auspícios da justiça gratuita. Se interposto recurso de apelação, intime-se a parte adversa para apresentar contrarrazões e, após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça. Intimem-se. Camaragibe, datado e assinado eletronicamente. Anna Regina L. R. de Barros Juíza de Direito

**28/12/2022 13:44**

Julgado improcedente o pedido

(Clique para expandir) ... o proporcional da indenização no valor correspondente a 25% do valor retro, o que resulta em R\$ 843,75. Logo, tendo em vista que a parte autora já recebeu, administrativamente, a quantia de R\$ 843,75, não faz jus a qualquer complementação relativa ao seguro DPVAT. III – DISPOSITIVO Dessa forma, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial, e, por conseguinte, declaro EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil Brasileiro. Condeno a parte autora nas custas e no pagamento dos honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspendendo a exigibilidade, considerando a tramitação do feito sob os auspícios da justiça gratuita. Se interposto recurso de apelação, intime-se a parte adversa para apresentar contrarrazões e, após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça. Intimem-se. Camaragibe, datado e assinado eletronicamente. Anna Regina L. R. de Barros Juíza de Direito

**11/07/2022 13:06**

Conclusos para julgamento

## **Audiências**

Clique AQUI (<https://www.tjpe.jus.br/audiencias>) para visualizar as audiências digitais gravadas para este processo.